



# AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL NA PERSPECTIVA DOS PLANOS DE GOVERNO BRASILEIRO (1994-2018)

NEOLIBERAL POLICIES FOR HIGHER EDUCATION IN BRAZIL FROM THE  
PERSPECTIVE OF BRAZILIAN GOVERNMENT PLANS (1994-2018)

POLÍTICAS NEOLIBERALES PARA LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRASIL  
DESDE LA PERSPECTIVA DE LOS PLANES DEL GOBIERNO BRASILEÑO  
(1994-2018)

**João Felipe Nascimento Francisco**

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1739-3598>

Universidade São Francisco - USF - Brasil

**DOI: 10.22481/poliges.v2i3.9909**

**Resumo:** O presente artigo objetiva discorrer sobre as políticas educacionais para Ensino Superior e mudanças efetivadas no período de 1994 até 2018, sob a indagação da contradição da vertente neoliberal dos planos de governo deste período e o avanço de políticas públicas em alguns governos. Foi realizado um estudo bibliográfico partindo da análise dos planos de governos apresentados pelos presidentes, sob o enfoque econômico, situado na aplicabilidade do modelo neoliberal para as políticas de Estado, bem como o contexto político, através da metodologia de análise política de ciclos nos projetos de governo que após a ruptura política e econômica com o golpe institucional de 2016, há uma retomada da agenda ultraliberal no Brasil, que previa uma abertura econômica para a competitividade internacional, privatização de estatais, desenvolvimento centrado no investimento da iniciativa privada e na educação estabelece prioridade no ensino básico e acenava para uma reforma no ensino superior público e trazia objetivamente uma nova política de fortalecimento do ensino superior privado.

**Palavras-Chave:** Políticas Educacionais. Ensino Superior. Neoliberalismo. Planos de Governo

**Abstract:** This article aims to discuss the educational policies for Higher Education and changes made in the period from 1994 to 2018, under the question of the contradiction of the neoliberal aspect of government plans in this period and the advance of public policies in

some governments. A bibliographical study was carried out starting from the analysis of the government plans presented by the presidents, under the economic focus, situated in the applicability of the neoliberal model to the State policies, as well as the political context, through the methodology of political analysis of cycles in the projects of government that after the political and economic rupture with the institutional coup of 2016, there is a resumption of the ultraliberal agenda in Brazil, which foresaw an economic opening to international competitiveness, privatization of state-owned companies, development centered on investment by the private sector and education sets priority in basic education and signaled a reform in public higher education and objectively brought a new policy to strengthen private higher education.

**Keywords:** Educational Policies. University education. Neoliberalism. Government Plans

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo discutir las políticas educativas para la Educación Superior y los cambios realizados en el período de 1994 a 2018, bajo la cuestión de la contradicción del aspecto neoliberal de los planes de gobierno en este período y el avance de las políticas públicas en algunos gobiernos. Se realizó un estudio bibliográfico a partir del análisis de los planes de gobierno presentados por los presidentes, bajo el enfoque económico, situado en la aplicabilidad del modelo neoliberal a las políticas de Estado, así como al contexto político, a través de la metodología de análisis político. de ciclos en los proyectos de gobierno que luego de la ruptura política y económica con el golpe institucional de 2016, se reanuda la agenda ultraliberal en Brasil, que preveía una apertura económica a la competitividad internacional, privatización de empresas estatales, desarrollo centrado sobre la inversión del sector privado y la educación prioriza la educación básica y marcó una reforma en la educación superior pública y trajo objetivamente una nueva política para fortalecer la educación superior privada.

**Palabras clave:** Políticas educativas. Enseñanza superior. Neoliberalismo. Planes de gobierno

## Introdução

Ao tratar do ciclo de políticas públicas para o Ensino Superior na década de 90, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso-FHC, pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB 9394/96, pela reforma do Estado e a implantação por definitivo do conceito neoliberal nas políticas públicas, entende-se ser o período da efetivação do receituário liberal no Brasil. Com a Reforma do Estado e a consolidação de políticas públicas sob a vertente empresarial, da privatização de empresas, criação de agências reguladoras, de legislação que minimize o poder do Estado e fortaleça os entes privados.

O fortalecimento da iniciativa privada aliada ao modelo propagado pelos organismos internacionais de uma educação como um produto ou um serviço que deveria ser ofertado para a população com o viés mercantil, seja no sentido da venda ou da oferta de serviços, ou principalmente, com o seu modelo ideológico e de currículo, ampliado nos dias atuais. Mesmo com o arrefecimento do modelo neoliberal no início dos anos 2000 no Brasil e na América Latina com a entrada de governos progressistas (Lula e Dilma no Brasil, Evo Morales na Bolívia, Chávez na Venezuela, Rafael Corrêa no Equador), as bases das reformas neoliberais nos anos 90 permaneceram inalteradas e atualmente ampliadas, com a volta de governos com políticas neoliberais em vários países da América do Sul, em especial no Brasil, após o golpe institucional que afastou em 2016 a presidenta Dilma Rousseff.

O modelo atual de neoliberalismo traz novamente o discurso da necessária reforma educacional, como identifica Freitas (2018), trata-se das velhas ideias sempre capitaneadas pelos neoliberais, mas agora com nova roupagem, mas em apertada síntese, são as ideias de alteração no currículo formativo das crianças e jovens, permitindo que a escola não seja o local do debate de ideias, pensamentos e formação social, mas sim seja o início de uma jornada do indivíduo no mundo do emprego de uma sociedade liberal, empreendedora, individualista e com viés mercantil. As reformas propostas e já consolidadas principalmente no tocante ao modelo formativo e curricular induz a capacitação dos nossos jovens ao mercado de trabalho e adaptadas ao capitalismo vigente, importante sempre compreender que a reforma e a maioria das reformas no Estado, servem apenas para que se consolide o modelo vigente do capitalismo, formando indivíduos e sociedade adaptadas ao sistema vigente, se no estado do bem estar social havia a necessidade de enquadrar a educação como direito do cidadão para evitar fissuras no modelo do capital e no crescimento econômico naquele momento, neste a reforma serve também para a manutenção do sistema vigente, que se adequa e se reinventa depois de nova crise.

Para Jeffrey (2012), essas contradições, entre as garantias constitucionais sobre direitos sociais e com o avanço do neoliberalismo no seio educacional é

perceptível nos anos 90, com a entrada de uma cultura empresarial no setor público, em especial na educação, quando passamos a compreender e analisar a educação através de metas e seus projetos e programas são notadamente gerenciais

Segundo Cury (2002), em que pese no Brasil a educação seja tratada como direito desde a CF/34, é somente na CF/88 que esse direito assume a característica de um direito público subjetivo, um instrumento jurídico de autocontrole da ação do Estado, pois em caso de negativa deste direito, existe a permissão de acionar judicialmente o Estado em conceder, executar aquele direito devido e previsto em seu ordenamento, trata-se da obrigatoriedade do Estado em atender seus cidadãos naqueles direitos sociais trazidos na legislação inaugural.

Para além destas legislações educacionais, o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001, com vigência estabelecida dos anos de 2002 a 2011 estabelecia metas e diretrizes para serem cumpridas em um período de uma década. Sendo assim, nota-se que o Brasil possui forte arcabouço de legislação no campo educacional, não significando evidentemente que as referidas leis foram ou não efetivadas, ademais conforme elenca Saviani (1990) os dois tipos de análises sobre a legislação. A primeira seria que bastasse uma boa legislação que toda a educação seria modificada automaticamente e a segunda a predominância do pensamento que tratava da legislação como algo inócuo, distante da realidade e da sua efetividade, onde nada adiantaria existir uma boa ou má legislação, uma vez distante da realidade social.

Saviani (1990), indica que nenhuma das duas análises estariam completamente corretas, pois a legislação não teria sozinha a capacidade de alteração da realidade, todavia também não pode ser considerado como inócua ou sem validade, pois a promulgação de uma legislação remeteria a correlação de forças existentes no momento de seu debate e posterior promulgação e que posteriormente produziria efeitos na sociedade.

Esse contexto de influência internacional é sentido e amplificado no Brasil com a eleição de FHC no pleito eleitoral de 1994. A eleição é naquele momento a efetivação do receituário liberal no Brasil, com a reforma do Estado e a consolidação

de políticas públicas com metodologia empresarial, que são vistas com a privatização de empresas, criação de agências reguladoras, efetivação de legislação que minimizam o poder do Estado, fortalecem os entes privados e na seara pública estabelecem a gestão de metas, conforme fica claro na Reforma do Estado efetuada pelo Ministro Bresser Pereira (1995) no começo do primeiro mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Jeffrey (2012), cita ainda que a reforma educacional da década de 90 é altamente influenciada pelos acordos internacionais cuja metodologia era calcada no neoliberalismo, com metas, descentralização dos entes federativos e responsabilização dos indivíduos. Importante ressaltar que essa metodologia empresarial, iniciada nos governos neoliberais de Fernando Henrique não foram interrompidas na gestão do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, cujos governos foram identificados como progressistas e mais focados em áreas sociais, cujo modelo econômico se contrapunham em determinados momentos ao neoliberalismo.

A mentalidade empresarial restou tão forte no imaginário social que uma das “qualidades” vendidas para a primeira eleição de Dilma Rousseff, era de que ela tinha a postura empresarial de cobrança de metas e resultados, era a “gerente do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, programa importante no final do segundo governo Lula que tratava de grandes obras de infraestrutura em todas as regiões do Brasil. Esse ideário neoliberal cuja mentalidade de metas e resultados se consolidou no Brasil e, em especial na Educação, é tido por Jeffrey (2012) como a consolidação do gerencialismo na gestão educacional brasileira.

Esse receituário neoliberal impacta fortemente nas políticas públicas na educação, em especial na educação básica, onde a responsabilização dos profissionais de educação é individualizada e inclusive os ganhos financeiros são dados aos profissionais que atingem as metas estabelecidas através das avaliações externas, como ocorre com o “bônus” pago aos professores da rede estadual de São Paulo, quando suas escolas atingem determinadas metas. No Ensino Superior esta mentalidade e estabelecimento do receituário neoliberal é vista em dois momentos. O primeiro direito, por meio dos programas sociais como Programa de Educação

para Todos-PROUNI que estabelece a parceria público privado, como a consolidação do Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, uma avaliação ampla e necessária para a entrada no ensino superior.

A compreensão atual da educação brasileira, cujo momento é de corte de investimentos públicos, que afetam a existência de muitas universidades federais, principalmente após o início do governo Temer (2016) que ficou marcado com a promulgação da PEC do Teto, que bloqueia o investimento público durante vinte anos, ferindo de morte os programas sociais e investimentos nas áreas como saúde e educação, reforçada com a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro (2018), que trata as universidades públicas como antro de “comunistas”, atacando diariamente o legado de Paulo Freire e tratando a educação como um mote da sua luta ideológica não é fruto do acaso, mas é fruto de uma sequência de políticas públicas idealizadas e pensadas dentro de um aspecto neoliberal no ponto de vista da economia aliado com a desvalorização da pesquisa e da áreas relacionadas às ciências humanas.

O entendimento desse ciclo de políticas analisando os governos do período democrático, em especial os governos FHC, Lula, Dilma, Temer e governo Bolsonaro, sob o ponto de vista desse gerencialismo que trata Jeffrey, com base no ciclo de Ball, facilita a compreensão do que foram esses governos. As políticas voltadas ao setor educacional permeadas pelos diversos e complexos contextos políticos de cada momento histórico, bem como os resultados e as implicações que toda essa diversidade de políticas públicas ocasiona e pode ocasionar para o futuro.

Referido impacto dessa estrutura neoliberal no setor público, uma educação excludente, que não forma cidadãos conscientes e prontos para a vida em sociedade e a individualização da responsabilidade em especial dos professores, retirando a responsabilidade do estado, impondo a mentalidade neoliberal, formando alunos para o empreendedorismo e com pouco reconhecimento do estudo, esse conjunto de fatos, nos leva para uma sociedade cada vez mais hostil nos tratos sociais com prioridades diversas daquelas que constroem uma sociedade mais justa para se viver.

A crise política e econômica de 2015 pode ser explicada compreendendo que o Brasil viveu de 2003 até 2013 um período de crescimento econômico alcançado pela economia de mercado chinesa e com as políticas públicas de aquecimento econômico interno, como a valorização do salário mínimo, programas de transferência de renda e ampliação do crédito para consumo.

### **Projeto de governo FHC (1995-2002) e as políticas sociais neoliberais**

A eleição de 1994 foi considerada uma das mais importantes após o término da ditadura civil-militar em 1985. Esta eleição inaugurou no Brasil o modelo de política econômica neoliberal, com fortalecimento dos investimentos internacionais, abertura de mercado e dolarização da economia local. Afetado pela crise política e econômica do período que trazia um conjunto de escândalos de corrupção na esfera política e uma gestão econômica marcada pelo confisco da poupança dos brasileiros e inflação descontrolada,

O então presidente Itamar Franco e o Ministério da Fazenda já seguindo a cartilha do neoliberalismo internacional, sob o comando de FHC implementou o Plano de Estabilização Econômica, que segundo Filho (1994) teve duas fases, a primeira, consistia em um ajuste fiscal de curto e a elaboração de uma nova moeda para combater a inflação, inicialmente através da Unidade Real de Valor (U.R.V.), que era a média de três indicadores econômicos e a segunda fase foi a implementação do plano Real e a criação da nova moeda brasileira, que conseguiu o controle inflacionário e trouxe a perseguida estabilidade econômica que o receituário neoliberal indicava como necessário como vetor de privatizações e investimentos internacionais.

O governo FHC trazia em seu programa de governo o receituário neoliberal, a continuidade da política econômica implementada no governo Itamar Franco, cuja a necessidade de redução do Estado, a privatização e a dolarização da economia brasileira, efetivado com a paridade entre o dólar e o real. Os processos de privatização neste governo foram os maiores em toda história do Brasil, as

empresas estatais foram vendidas ao mercado, foram criadas agências estatais para auferir a qualidade dos serviços prestados desses setores econômicos recém privatizados.

Nesta conjuntura do primeiro mandato do governo FHC a educação é marcada pela promulgação da LDB/1996, que reforça os deveres e garantias constitucionais e elenca o principal ponto positivo da lei que é a vinculação orçamentária de investimentos educacionais da União, nunca menor dos 18% e 25% dos recursos dos orçamentos em Municípios e Estados, todavia não elenca o ensino superior como obrigatoriedade de vinculação da União, diferente do ensino básico que é determinado como obrigação do Estado.

Para o ensino superior o governo FHC é marcado pela expansão do setor privado, conforme detalha Durham (1999), porém sem indicar uma privatização do ensino superior, notadamente o governo FHC finaliza sua política estudantil com baixa expansão do setor público e aumento de vagas no setor privado, fato este que seria notadamente um caminho para os programas que foram consolidados no governo Lula. O próprio plano de governo de FHC já indicaria a adesão ao momo gerencial de administração do setor público em consonância com o viés e com a cartilha neoliberal, condicionando o envio de verbas as avaliações e produtividade, com a chamada “racionalização” de gastos, bem como a consideração do ensino e da rede privada como parte do conjunto do ensino superior:

O projeto efetuado nos oitos anos de governo FHC seguiram literalmente o modelo neoliberal de administração estatal, com foco nas privatizações e nas chamadas parcerias público-privado, no setor educacional, não houve de fato nenhuma política pública de inclusão social no ensino superior, mas a reforma administrativa, impactou de modo brutal a forma de se compreender o ensino superior, notadamente voltado ao mercado, centrado nas universidades privadas com foco no estímulo de créditos públicos para o financiamento e potencialização do ensino privado. São exatamente essas políticas públicas, essas mudanças administrativas e a pulverização da iniciativa privada que servem de base para o governo Lula implementar suas políticas públicas no ensino superior.

## **O projeto de governo Lula (2003-2010) na contradição de políticas neoliberais e a criação de políticas para ensino superior: a inserção do excluído**

O término do segundo mandato FHC no ano de 2002 com alto índice de reprovação maior que aprovação, de desemprego elevado e seu candidato, José Serra sendo derrotado pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva, na frente capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A eleição de 2002, segundo Barbosa (2013), foi marcada pelo forte ataque especulativo do mercado que temia a vitória do presidente Lula, no sentido de interromper o fluxo do neoliberalismo no Brasil.

A eleição do então candidato Lula é fruto do fracasso ou sucesso do neoliberalismo que enfraqueceu o Estado, ocasionou desemprego, baixos salários e uma grande instabilidade no campo social. A campanha de Lula sinaliza para o resgate dos direitos sociais e no campo econômico sinaliza ao mercado com um candidato à vice-presidência do campo empresariado nacional que foi José Alencar, além de publicar uma carta em que sinalizava a manutenção das políticas macroeconômicas de estabilidade durante o governo FHC.

O governo Lula inicia com um discurso que de fato contemplava a conciliação entre todos, ao mesmo tempo que sinalizava nos setores sociais com a centralidade no combate à fome, mas também no campo liberal, com a reforma da Previdência que aumentou o tempo de contribuição e idade para a aposentadoria dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a política econômica de 2003 até 2005 é marcada pelo ajuste macroeconômico que visava buscar a estabilidade fiscal e monetária sem romper com o modelo liberal de economia.

Os primeiros anos do governo Lula na política econômica, em que pese tenha mantido bases do liberalismo econômico, altera os rumos de prioridade de investimentos, a liberação de crédito ao consumo interno, os programas sociais de distribuição de renda que aqueceram o mercado interno aliado ao cenário internacional com o crescimento da China elevaram o crescimento do PIB, diminui o

desemprego e aliado aos programas sociais como “Fome Zero”, “Bolsa Família”, “Luz para Todos” entre outros e na educação com a promulgação do “PROUNI”, elevaram também a sensação de bem estar social de todos.

No campo político o governo Lula é sustentado por uma base heterogênea de partidos e matizes ideológicas diversas, essa base é fundamental para que consiga aprovar diversos projetos aprovados de cunho social e progressista, todavia o arco de alianças traz inúmeros problemas no tocante à troca de cargos e uma série de escândalos de corrupção explodem ainda no primeiro mandato, ocasionando fissuras em sua base social no ano de 2005, mas o sucesso econômico com índices elevados de emprego, superam a crise econômica e levam a reeleição do Lula em 2006.

O segundo mandato (2007-2010) é marcado pela superação da crise econômica mundial de 2008, onde o aquecimento do mercado interno superou a crise do capital e da bolha financeira dos Estados Unidos. As medidas sociais possuem sucesso e alcance no seio da sociedade, permitindo uma alteração do foco e a possibilidade dados invejáveis como a superação da fome, a oportunidade de jovens de baixa renda alçar o ensino superior e índice de pleno emprego, estes fatores de elevado bem estar social e notadamente com os grandes empresários lucrando de forma notada.

Quanto às políticas para o ensino superior, no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) trouxe em seu plano de governo um projeto de intervenção e reestruturação no ensino superior, que entre eles havia a remodelação do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e o PROUNI (Programa Universidade para Todos). Este último, objeto desta pesquisa, foi criado em 2004, através da medida provisória n.º 213/2004, convertida em lei no ano seguinte (Lei n.º 11.096/2005).

Em especial, no primeiro ciclo de 2003 até 2006, existiram as maiores mudanças no ensino superior, com a efetivação do PROUNI em 2005, bem como com a ampliação do FIES no início do governo. Essas ações contemplaram a

ampliação do acesso ao ensino superior de jovens que jamais tinham condições de cursar o ensino superior. Todavia essa ampliação é em sua maioria através dos espaços ociosos do ensino superior privado, que havia sido impulsionado no governo de FHC.

O segundo mandato no setor educacional traz o foco da manutenção e ampliação do PROUNI, programa que de fato ampliou e deu oportunidade de inserção de milhões de jovens ao ensino superior, efetivamente a maior política pública de ensino superior já realizada no País, nota-se e não devemos ignorar que esta política é também fruto da contradição política do próprio sistema capitalista de inclusão social combinado com a lucratividade dos grandes grupos econômicos dentro do receituário neoliberal:

Em que pese as críticas e contradições no tocante a ampliação do acesso ao ensino superior via ensino privado, há de se considerar que de fato o governo Lula amplia o número de “campi” das universidades federais, aumenta o número de vagas, com a ampliação do ensino noturno, continuando um ciclo iniciado no governo FHC e cria os Institutos Federais, deixando uma base efetiva no tocante ao ensino público e reforçando a necessidade das universidades privadas para conseguir de fato atender a população jovem que sonhava com a possibilidade de acesso ao ensino superior.

Segundo Carneiro (2018), o governo Lula encerra um ciclo econômico de extremo crescimento, baseado nas políticas de transferências de renda, consumo e estímulo à exportação, impulsionado pela alta da economia chinesa e seus impactos positivos no Brasil, como parceiro econômico. O ano de 2010 é marcado pelo término do governo Lula, que consegue eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, que havia sido Ministra de Minas e Energia e assumiu as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que segundo o Ministério do Planejamento, promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável, gerando inclusive milhões de empregos e impulsionando a economia local.

### **Governo Dilma (2011-2016): da crise econômica ao rompimento de um ciclo**

Para compreender o período do governo Dilma é necessário analisar o final do ciclo econômico do governo Lula e os desafios que se impõem na continuidade dos governos petistas. Conforme trazido anteriormente o governo Lula é galgado economicamente pelo fortalecimento da economia chinesa aliado ao fortalecimento e incentivo da economia interna impulsionada pelas linhas de crédito ao consumo. Esse ciclo econômico se esgota ao final de 2010, trazendo para o governo recém eleito as contradições e tensões sociais relativas ao campo político, econômico e social.

Todo investimento público em especial as chamadas políticas públicas sociais, que no Brasil são trazidas com força na CF/88, com base no chamado estado do bem estar social, que teve seu momento mais consagrado nos governos petistas em contradição aos governos liberais de FHC que efetuaram reformas que diminuiram o investimento e o colchão social, apresentam no governo Dilma um dilema econômico e tensões sociais, tendo em vista que o modelo político é um contraponto na cartilha liberal de Estado mínimo, contrariando as regras do mercado internacional e por consequência trazendo dificuldades no campo econômico deste governo.

Nas políticas sociais o compromisso da então candidata é a manutenção dos programas iniciados no governo Lula, no setor educacional isso é claro na carta compromisso que foi lançado com os 13 compromissos da candidata Dilma para o Brasil, aqui destaca-se a ampliação do PROUNI. O modelo econômico do governo Lula cujo impacto social e de crescimento em diversas áreas e que permitiram inclusive políticas públicas de inclusão como o PROUNI, tido como prioridade de ampliação pela então candidata Dilma, de fato estavam chegando em momento de estagnação, o que faria que o novo governo formulasse novo ciclo de política econômica para a continuidade dos chamados programas sociais.

Sendo assim, segundo Carneiro (2018) a escolha do governo Dilma visando modificação nos rumos econômicos e a manutenção do crescimento é efetuado através da diversificação da estrutura produtiva, através do investimento autônomo privado e público apoiado pelo Estado, diferentemente do investimento induzido até então praticado no governo Lula. Essa diferença no viés econômico traz para o governo Dilma o desafio de obter novos parceiros e novas alianças no campo político, econômico e social.

Esse novo modelo desenvolvimentista trouxe fissuras no relacionamento com os grupos dominantes que tinham vivenciado ótimo momento de crescimento até 2010, pois existia um claro fortalecimento do Estado por meio da Petrobrás e do Banco Nacional do Desenvolvimento- BNDS e na área social foi efetuada a prioridade apenas para as classes mais populares, deixando de lado investimentos e políticas que alcançavam a chamada classe média.

Essas novas alianças e rupturas deixaram o governo Dilma instável no campo político, econômico e social. Os dois primeiros anos do governo são marcados por certa tranquilidade, advindas ainda do crescimento econômico do período anterior e com a ascensão de 40 milhões de pessoas na chamada nova classe média, todavia o ano de 2013 deve ser considerado o início do fim daquele período econômico, dada sua complexidade e sua intensidade, erupção e convulsão social, é um ano que valeria por uma década e seus impactos são sentidos ainda hoje notadamente nas áreas sociais.

Para compreender o ocorrido no ano de 2013, é importante salientar que mesmo com a desaceleração no crescimento econômico, ele se inicia ainda com uma estabilidade social, com índices de desemprego e inflação controlados. Em março de 2013 a pesquisa *Datafolha* indica que a então presidenta Dilma tinha 65% de aprovação do seu governo e caminhava tranquilamente para sua reeleição, ostentando uma média entre 53% e 60% de intenção de voto a depender do cenário político e dos candidatos em questão. O relativo cenário de tranquilidade e calma é abruptamente alterado em junho de 2013, nos dias 06 e 07 daquele mês alguns jovens integrantes do Movimento Passe Livre (MPL) protestam em São Paulo/SP

contra o aumento das tarifas dos ônibus e do metrô que subiam de R\$3,00 (três reais) para R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos), os protestos ocorreram com alguns atos de vandalismo que foram condenados pelo então governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) e pelo então prefeito Fernando Haddad (PT).

Novo protesto acontece no dia 13 de junho, neste dia ocorre um violento confronto entre os manifestantes e a Polícia Militar que efetua prisões dos manifestantes e dispersa o ato com forte aparato policial e violência desproporcional, este ato foi o estopim para eclodir manifestações gigantes em todo País.

No dia 17 de junho daquele ano em resposta aos brutais ataques das forças policiais jovens de todo o Brasil organizou-se novas manifestações, desta vez o que era um protesto de centenas de jovens contra o aumento de tarifa, se torna uma manifestação com milhares de pessoas na rua, manifestando contra todas as mazelas sociais existentes.

A Copa do Mundo que seria disputada em 2014 no Brasil também vira alvo de ataques, era uma explosão social, protesto de vários tipos e principalmente capitaneado pelo grande capital financeiro que havia perdido economicamente com a mudança de rumo do governo Dilma e com base social na classe média que vinha perdendo espaço na política social daquele período, essa eclosão na rua deixa acuado o governo Dilma que começa a perder ali sua base social e apoio político, se no começo de março de 2013 a aprovação do governo era alta, no final do mês junho, nova pesquisa Datafolha indica que a aprovação de 65% de ótimo e bom cai para 30%. A pesquisa de intenção de voto em março de 2013 apontava a presidenta Dilma com 58% das intenções de voto, na pesquisa Ibope de julho as intenções de voto caíram para 30% e para 38% em setembro daquele ano.

Em setembro de 2013 a presidenta Dilma sanciona a lei n.º 12.858/2013 que destina para a educação e para saúde parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, a chamada “lei dos royalties do petróleo” destinaria 75% para a educação e 25% para a saúde, a expectativa naquele período era de repassar o montante de R\$ 19,96 bilhões em 2022 e totalizará R\$ 112,25 bilhões em dez anos, conforme reportagem do G1 na

época dos fatos. Referida aprovação e promulgação da lei é a principal fonte de investimentos públicos para a Educação do período do governo Dilma.

O ano de 2014 inicia-se ainda sob forte ataque especulativo interno e externo contra o governo, o mercado especula contra o modelo econômico, os protestos diminuíram sua intensidade, mas ainda permaneciam agora contra a realização da Copa do Mundo e suas obras de infraestrutura e mobilidade, em especial a construção de estádios para a realização dos jogos. No campo político a tensão permanece, sob o ataque da operação Lava Jato que investigava esquemas de corrupção entre o governo federal, empresas estatais e privadas que atingia em cheio os governos petistas, em especial membros do governo do presidente Lula.

A eleição daquele ano foi disputada por onze candidatos, marcada por ataques entre os principais candidatos, Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (PSB). Em seu plano de governo a presidenta, na área educacional foca principalmente no ensino técnico, o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), com parcerias na iniciativa privada, mantendo o ciclo de políticas com incentivo e incremento financeiro ao privado em contradição à expansão do setor público. No ensino superior a meta era a manutenção do PROUNI com foco em aumento de qualidade.

Essa conjunção de ações no setor econômico fez o Brasil superar a crise econômica de 2008, relacionada à quebra de grandes bancos nos Estados Unidos, gerando caos no mercado financeiro em todo mundo. Todavia, essa política econômica do período de 2003 até 2013, começa a ter seus limites no ano de 2014 e aprofunda-se no ano de 2015, em nova crise do capital, desta vez puxada por uma crise de superprodução chinesa, que abalou o modelo brasileiro de desenvolvimento do capital agrário de exportação de matéria prima, aliada ao sistema de dívida pública e especulação financeira no mercado. Foi nesta conjuntura econômica mundial que a pressão do mercado fez com que ainda no início do segundo mandato da então presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) a política econômica fosse mais conservadora, seguindo a cartilha do capital especulativo, ou seja, com aumento de juros, aumento da taxa Selic e restringindo os investimentos públicos e

efetuando cortes em direitos sociais, como a alteração na concessão do benefício do Seguro Desemprego em 2015 e no abono salarial

No contexto político, Mancebo (2017) elenca os principais fatores de desestabilização do governo Dilma, que até meados de 2013 caminhavam com alto índice de aprovação e pesquisas indicavam uma reeleição com certa tranquilidade. Todavia ainda em 2013, o Brasil vira um palco de grandes e recorrentes manifestações de massa, que iniciaram na cidade de São Paulo com um protesto contra o aumento das passagens que fora reprimido com muita violência policial, aquele momento foi um estopim para que se iniciasse em todo País diversas manifestações sociais, que não tinham um objetivo único, tratava de protesto contra os grandes eventos, contra medidas provisórias, contra corrupção, enfim uma grande e ilimitada gama de insatisfações que tiraram a “paz” do final do primeiro mandato da então presidenta.

O ano de 2014 politicamente é marcada pelo aprofundamento das investigações contra corrupção que miravam especificamente contratos e projetos do período do presidente Lula, protestos menores, mas ainda efetivos contra a realização da Copa do Mundo de 2014 e encerra com a vitória apertada da Presidenta Dilma contra Aécio Neves (51,64% x 48,36%). Ato contínuo o candidato derrotado não aceita o resultado das urnas e já fala em impeachment antes mesmo do início do segundo mandato.

Em 2015 ano que se inicia o segundo mandato da presidenta Dilma e aprofunda-se a crise econômica conforme elencado acima, a base política da presidenta no Congresso se desintegra depois de uma disputa pela presidência da Câmara, onde Partido dos Trabalhadores lança candidato próprio e decide pro não apoiar o candidato do PMDB, Eduardo Cunha, essa fissura com o novo presidente da Câmara é seguindo de embates e chantagens públicas em votações importantes e culmina com a aceitação do pedido de impeachment no dia 02 de dezembro daquele ano de 2015. A partir daquele momento, com crise política e econômica, Dilma foi afastada em 12 de maio de 2016 e o processo de impeachment concluído

em 16 de agosto de 2016. É neste contexto de crise política e econômica que fatalmente a Educação, em especial o ensino superior, seria frontalmente atingido.

Com a chegada ao poder através do golpe institucional em 2016, o vice-presidente da então Dilma Rousseff, Michel Temer coloca em prática um novo plano de governo, intitulado como “Ponte para o Futuro”, plano este que fora apresentado em outubro de 2015, como um aceno do então vice-presidente para o mercado econômico. O programa se apresentava como um contraponto ao programa “Mais Mudanças, Mais Futuros” apresentados pela coligação da presidenta Dilma para a eleição de 2014, que previa o fortalecimento e continuação dos projetos de transferência de renda, ampliação de crédito e o aquecimento econômico através do consumo de massa, bem como também indicava um avanço na democratização do acesso ao ensino e uma nova etapa de primar pela qualidade no setor educacional.

O “Ponte para o Futuro”, trazia um novo modelo econômico e social diverso daquele que o povo havia escolhido na eleição de 2014. Elencou em seu plano a necessidade urgente do Estado em priorizar uma política de desenvolvimento e investimentos diretos na iniciativa privada, previa a privatização e concessão das mais diversas áreas e empresas estatais, reforma da previdência, reforma trabalhista para garantir que acordos coletivos pudessem se sobrepôr aos direitos previstos em lei, estabelecia limite de gastos de custeios e uma alteração constitucional para desvincular o orçamento dos “gastos” em saúde e educação. É exatamente com esse viés que ao assumir o governo, Michel Temer apresenta o Projeto de Emenda Constitucional-PEC n.º 241/2016 na Câmara dos Deputados e que tramitou no Senado com o n.º 55/2016.

A chamada PEC do Teto dos gastos públicos instituiu na prática um novo regime fiscal, pois estabelecia um bloqueio durante vinte anos de investimentos em novos gastos públicos. O projeto aprovado em dezembro de 2016, trouxe um limite de gastos públicos por 20 anos, sempre vinculando o orçamento do anterior, referida alteração na prática impossibilita investimentos estatais em áreas que necessitam amplamente de recursos públicos como saúde e educação.

## **Conjuntura neoliberal e neofascista (2016- 2021): do golpe político de 2016 aos cortes das políticas educacionais dos governos Temer e Bolsonaro**

Em 12 de maio de 2016, após a votação que deliberou o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, inicia-se o governo interino do novo presidente Michel Temer, é ali o reinício do neoliberalismo no Brasil. A interinidade do presidente Michel Temer torna-se efetiva após a procedência do processo de impeachment e a confirmação do afastamento da presidenta Dilma, que ocorreu em 31 de agosto de 2016. Nestes cem dias de interinidade o então presidente efetuou medidas que consolidaram o novo modelo econômico no Brasil em consonância com o plano apresentado durante o ano de 2015, intitulado “Ponte para o Futuro”. Neste documento apresenta o receituário neoliberal de corte de investimentos públicos e priorização das demandas do mercado, na educação.

Os primeiros atos do novo modelo econômico já deixavam claro que não seria mais um governo de inclusão social, o Ministério formado apenas por homens brancos, a exclusão de Ministérios de Direitos Humanos, da Igualdade Racial e das Mulheres, já indicavam que a prioridade não seria a inclusão social. Na seara econômica o corte de investimentos através do BNDES, que foi obrigado a devolver 100 bilhões ao Tesouro Nacional sob a justificativa de que os investimentos públicos seriam cortados e a promessa de projeto de lei que limitasse os gastos públicos foram os primeiros atos da retomada do projeto neoliberal no Brasil.

Já na titularidade do mandato tampão, o governo de Michel Temer aprofunda as mudanças econômicas e efetua o principal ato no tocante a consolidação do estado mínimo e a redução dos investimentos nos setores públicos essenciais como a educação, saúde entre outros. A proposta de emenda constitucional 41/2015, que foi aprovada e proibiu o Estado de aumentar os investimentos públicos por 20 anos, consolida o golpe nos projetos sociais e fere de morte os principais programas de transferência de renda e participação e inclusão social na educação, saúde e assistência social.

Com a eleição do Presidente Jair Bolsonaro em 2018, aprofunda-se o projeto neoliberal, mas com uma conjuntura política de extrema direita, que historicamente prima pela mínima intervenção do Estado na economia e aprofunda valores morais em torno dos fatos cotidianos. O programa de governo apresentado pelo então candidato em 2018, sob título “O Caminho da Prosperidade” na economia já trazia de antemão que seguiria os pilares do liberalismo e que somente isso poderia trazer ao Brasil o emprego, o desenvolvimento, inflação controlada e o combate à corrupção. No item específico da política econômica, o plano previa a manutenção do chamado tripé econômico (câmbio flexível, meta de inflação e meta fiscal) e trazia aprofundamentos, como a independência do Banco Central, privatizações em todos os setores e nova reforma da previdência, permitindo a implementação da iniciativa privada em todos estes setores sociais da vida brasileira.

No que se refere a educação, o plano já deixava claro o combate a uma suposta luta ideológica e doutrinação, o foco seria “mais matemática, ciência e português” e prioridade para educação básica e o ensino médio e ensino técnico, no ensino superior o plano indicava que as universidades precisavam deixar de ser um local para doutrinação política e seria agora uma formação muito mais técnica e científica com parcerias com as empresas privadas e deveriam fomentar o empreendedorismo, para os jovens ao sair do ensino superior serem capazes em abrir sua própria empresa e conforme modelos vistos pelo então candidato no Japão e na Coreia do Sul.

O caminho percorrido até 2021 do governo Bolsonaro no setor educacional, em especial no ensino superior, segue exatamente o programa de seu governo, é o conjunto do movimento neofascista de perseguição à ciência, desvalorização do ensino e pesquisa e o foco total na criminalização do debate. O corte de recursos na educação, a falta de investimentos no ensino superior público, a troca de ministros é o projeto implementado do que trazia o programa. O foco na economia com total alinhamento ao neoliberalismo é também presente no corte educacional e na manutenção parcial de programas que priorizam as instituições privadas, como

PROUNI, fato este que evidencia o caráter liberal do programa, mesmo que com seu aspecto social da inclusão.

Sob o comando do Ministro da Economia Paulo Guedes, um admirador da política econômica da chamada “Escola de Chicago”, de diminuição do Estado e fortalecimento da iniciativa privada. A doutrina liberal dos chamados “meninos de Chicago” foram aplicadas no Chile, durante a ditadura comandada por Augusto Pinochet no período de 1973 até 1990, ações como forte austeridade fiscal; abertura comercial; priorização de acordo bilaterais; reforma da Previdência com adoção do sistema de capitalização; reforma trabalhista; adoção de câmbio flexível; independência formal do Banco Central; concentração de gastos públicos em apenas atividades críticas ao estado; implementação de vouchers para educação; modernização da agricultura; estímulo ao mercado de capitais; privatização da grande maioria de empresas estatais; foram concretizadas lá e algumas já efetivadas no Brasil, como a reforma trabalhista e a autonomia do Banco Central, aprovada em fevereiro de 2021.

### **Considerações Finais**

Sendo assim, nota-se nos projetos de governo que após a ruptura política e econômica com o golpe institucional de 2016, há uma retomada da agenda ultraliberal no Brasil, retomando objetos trazidos no programa de governo apresentado por Fernando Henrique Cardoso em 1994, intitulado “Mãos à obra, Brasil”, que previa uma abertura econômica para a competitividade internacional, privatização de estatais, desenvolvimento centrado no investimento da iniciativa privada e na educação estabelece prioridade no ensino básico e acenava para uma reforma no ensino superior público e trazia objetivamente uma nova política de fortalecimento do ensino superior privado.

Desde o projeto de governo de FHC já se previa uma Reforma de Estado Brasileiro, ou seja, alterar o papel constitucional do Estado em face da sociedade, utilizando-se assim de projetos legislativos para alterar as funções fiscais,

administrativas e sociais. Pauta esta que foi efetivada com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), do ministro Bresser Pereira em 1995, destaca que o neoliberalismo se apropriou, juntamente com o movimento de globalização do Estado.

Neste contexto, se a CF/88 trazia uma série de deveres e responsabilidades ao Estado, a reforma do Estado prevista pelo governo de FHC era um contraponto, diminuindo a capacidade de intervenção do Estado. Bresser Pereira (1997), Ministro da Administração e Reforma do Estado (1995-1998), indicava quatro itens necessários da reforma: 1º) o tamanho do Estado, visava sua diminuição; 2º) a redefinição do papel regulador do Estado; 3º) a capacidade de intervenção política administrativa do Estado e 4º) a capacidade política de governabilidade. Tais itens e a consequente reforma tiveram como base a implementação do neoliberalismo e do estado mínimo no Brasil, com suas privatizações e adaptações ao mercado, o que reverbera na educação.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Versão atualizada até março de 2017. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337> . Acesso em 24 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI [...]. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm). Acesso em 01.04.20.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Plano de Governo – PSL SOMOS TODOS BOLSONARO**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/SP/69698/2030402020/250001099703/pje-ee579547-Proposta%20de%20governo.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2021.

CARDOSO, F. H. **Avança Brasil**: Mãos à obra, Brasil: proposta de governo. Brasília: [s. n.], 1994. <https://static.scielo.org/scielobooks/b27wf/pdf/cardoso-9788599662663.pdf>. Acesso em 09.11.21

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cad. Pesqui.**, v. 116, jul. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/ij/cp/a/x6g8nsWJ4MSk6K58885J3jd/?lang=pt>. Acesso em: 5 maio 2021.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES. PMDB. **Uma ponte para o futuro**, 29 out. 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020

JEFFREY, D. C. A Constituição do gerencialismo na educação brasileira: implicações na valorização dos profissionais da educação. **Revista Exitus**, v. 2, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/103>. Acesso em: 5 maio 2021.

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. Programas de governo de 1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014 Disponível em < <http://www.fpabramo.org.br/o-quefazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/programas-de-governo-pt>> Acesso em: 5 maio 2021.

SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108> . Acesso em 09.11.21

## SOBRE O AUTOR

### **João Felipe Nascimento Francisco**

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco - USF.